

Aconteceu

ADVOGADO MORTO EM EMBOSCADA NO PARA



João Carlos Batista era deputado estadual pelo PSB e advogado de posseiros no Pará. Ele foi assassinado no dia 6 de dezembro com um tiro na cabeça, na porta de sua casa, quando saía para o trabalho. Mais de três mil pessoas transformaram seu sepultamento num grandioso ato público pela justiça. O crime é atribuído a latifundiários paraenses, os grandes inimigos deste advogado de posseiros que era mais conhecido no interior do Estado que na capital, onde passou a morar quando foi eleito deputado estadual.

Metalúrgicos da CSN acusam Exército pelos incidentes na siderúrgica

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda divulgou nota oficial responsabilizando o Exército e as autoridades do Governo pela invasão da CSN que resultou na morte de três operários. Para o sindicato, o que houve foi uma chacina, pois os operários estavam tentando resguardar o patrimônio onde trabalham. Acusam ainda a CSN de ter danificado equipamentos da empresa.

Batista era deputado e advogado de posseiros

Funai não quer missionários com os Yanomami

(pág. 14)

Norte e Sul: uma ferrovia de Cz\$ 19 bilhões

(pág. 3)

Calha Norte terá Cz\$ 11 bilhões

O Projeto Calha Norte, coordenado pela Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Seden), antigo Conselho de Segurança Nacional, que prevê a ocupação da fronteira norte da Amazônia, receberá no ano que vem, recursos da ordem de Cz\$ 11 bilhões. A verba será aplicada na recuperação de estradas da região, construção de hospitais e postos de saúde, quartéis, lanchas para a Marinha, asfaltamento de pistas de aeroportos e até na manutenção das florestas nacionais existentes em torno de áreas indígenas.

Preocupados com o problema de desmatamento na Amazônia, considerada ponto estratégico por causa do grande interesse de entidades estrangeiras, o projeto Calha Norte destinará cerca de 10% dos seus recursos para preservação das florestas. A Saden irá alimentar o orçamento do IBDF com Cz\$ 1 bilhão, para aplicar naquela área que não é considerada crítica em relação às queimadas e desmatamento.

A exemplo dos demais órgãos do governo, a Saden enviou alguns de seus funcionários ao Congresso Nacional, com o livro intitulado "Calha Norte, a fronteira do futuro", para que eles mostrem aos parlamentares o que vem a ser o projeto e suas reais necessidades de recursos. De acordo com um dos requerimentos da Secretaria, para que o plano de trabalho previsto para 1989 pudesse ser cumprido à risca, ao invés de receber Cz\$ 11 bilhões, ele deveria receber Cz\$ 20 bilhões. Como já "apertaram os cintos" no que foi possível, eles acham que não podem ser mais sacrificados.

O livro da Saden explica que o objetivo básico do projeto é fortalecer a presença militar na área fronteira e em suas vias de acesso. À Marinha, cabe intensificar a segurança da navegação. Para isso, estão sendo construídos barracos que vão atuar na fiscalização das embarcações. No próximo ano, mais um desses barcos será construído. Quanto ao Exército, o seu papel, ainda conforme o livro, é de ocupação física dos pontos sensíveis na faixa de

fronteira, vigiando e guardando as vias atuais de acesso ao território.

Oito pelotões de fronteiras já foram construídos e, para 1989, estão previstos mais dois, sendo um deles em Maturacá, na área indígena Yanomami, na entrada do Parque Nacional do Pico da Neblina. Para o próximo ano está previsto o avastamento de três pistas de pouso da região: em Surucucu (RR), São Joaquim (AM) e Querari (AM).

A área que será mais beneficiada pelo projeto, no estado do Amazonas, será a da cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde será construído um armazém da Cobal, um hospital e será concluída a escola Agrotécnica, entre outras obras. A recuperação e abertura de estradas está nos planos da coordenação do projeto Calha Norte, para o ano que vem. Uma delas será a Via da Amizade, que ligará Tabatinga, no Amazonas, a Letícia, na Colômbia. Serão duas pistas de cinco quilômetros cada. Mas há outros projetos considerados prioritários, como a conclusão da BR-307, no trecho São Gabriel da Cachoeira-Cucuí e da BR-156, entre Calçoene e Oiapoque, ambas no Amapá.

Embora não pretendam recuperar por inteiro nenhuma das grandes estradas construídas durante o milagre econômico (1972) o projeto Calha Norte prevê a conservação e abertura de um trecho da Perimetal Norte, para ligar a cidade de Tiriós, na Serra do Tumucumaque, Amazonas, a Macapá. Por outro lado, em acordo com o governo Venezuelano, está sendo asfaltado um trecho da BR-174, no trecho Boa Vista-Paracaimas.

O governo, com a implantação do projeto Calha Norte, pretende, reduzir ao máximo possível o narcotráfico existente na região, além de eliminar o contrabando de pedras preciosas e outros produtos. Tem como meta, também, resolver, na medida do possível, problemas decorrentes de conflitos, envolvendo especialmente índios, posseiros, garimpeiros e segurança nas áreas de fronteiras. (JB - 1º/12/88)

Aconteceu n° 483 -
dezembro 1988

**CEDI Centro
Ecumênico
de Documentação
e Informação**
Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro -
RJ

**Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01236 - São Paulo - SP**

Editor
Xico Teixeira

Editora assistente
Ligia Dutra

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
**Katia Simões
Dalva Celeste**

Produção Gráfica
**José Truda Jr.
Lúcia Carrera**

Distribuição
Ricardo Justo

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações

**Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala
(Coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão
Ribeiro
Xico Teixeira**

Congresso dá mais 5 bilhões para Norte-Sul

Horas depois de o governo anunciar um pacote que aumentou e criou novos impostos, o Congresso aprovou, na madrugada do dia 7, um gasto extra de Cz\$ 5 bilhões para a Ferrovia Norte-Sul. O Executivo pedia Cz\$ 14 bilhões para 1989, mas o Congresso deu Cz\$ 19 bilhões, endossando parecer do relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). O Congresso presenteou

também com Cz\$ 270 bilhões os armadores ao aprovar dois decretos-leis assinados pelo presidente José Sarney em dezembro de 1987. Os decretos transformaram em cruzados dívidas contraídas em dólares pelos armadores e aumentam de 14% para 50% o adicional sobre o frete das importações. Os decretos foram denunciados pelo ex-ministro Bresser Pereira na CPI da corrupção do Senado. (O Est. de S.P.

Na hora da votação, a troca de favores

O governo conseguiu, na madrugada do dia 7, derrotar o destaque do deputado César Maia (PDT-RJ) que reduzia a zero a dotação de Cz\$ 19 bilhões prevista para a continuidade da Ferrovia Norte-Sul. A proposta do Executivo era de Cz\$ 14 bilhões, mas o relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), decidiu aumentar a dotação em Cz\$ 5 bilhões.

O resultado da votação (dez a 40) não foi surpresa. César Maia e José Serra (PSDB-SP), que pediu para votar a questão em separado, sabiam que o destaque não tinha entrado no acordo, na comissão, e que teria de ir para a

votação.

O fisiologismo correu solto na noite de terça-feira - o que talvez explique a demora para o início da votação. O deputado José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE) conseguiu Cz\$ 25 bilhões para o setor do álcool e do açúcar do Nordeste por conta da equalização de preços com o produto mais barato produzido no Centro-Sul.

O relator Almir Gabriel acabou com as dotações para a distribuição de leite às crianças carentes e ressuscitou a Comissão Executiva para a Lavoura Cacaueira (Ceplac). (O Est. de S.P. - 08/12/88)

Até "O Globo" desembarca de Sarney

Por suas ambiguidades e vacilações, o presidente José Sarney tem forçado o jornalista Roberto Marinho - um bom e grande aliado do Planalto - a reaparecer, com frequência inusitada, em editoriais na valorizada primeira página de O Globo para puxar as orelhas do governo. Marinho, dono do maior império jornalístico ao Sul do Equador e o mais influente empresário brasileiro, ocupou-se na segunda-feira, dia 5, da entrevista dada por Sarney, no dia anterior, ao O Estado de S. Paulo, definida como "sintonia de um trágico equívoco por parte do presidente da República, na interpretação do recente pronunciamento das urnas".

O editorial personalizado, estimulado por "chamadas" em horário dominical nobre da TV Globo (dois outros alertas, lidos por locutores do Fantásticos), virou notícia política na semana, com uma pitada de mistério. Ao defender a Constituição em vigor, Marinho ressaltou que ali estavam fixados "os limites para atuação dos governantes, dentro da divisão harmônica dos três poderes". Ao remarcar, em letra de fôrma, os parâmetros do processo político em curso, nas fronteiras constitucionais,

o que pretendeu dizer este sempre bem informado exegeta dos discursos presidenciais? Mais que um interlocutor poderoso - é bom lembrar - Roberto Marinho sempre possui as informações mais exclusivas que circulam no reduzido círculo do poder.

O tom de acentuada autoridade, do editorial chancelado por Roberto Marinho, remete também seus leitores para além desta crucial causa política. Empenhado a fundar no sucesso do recente acordo de preços e salários que chama, com exagerada licença, de "pacto social", ele denuncia supostas manobras do governo, no sentido de que "o combate à inflação tenda a derivar para a mera aceitação da recessão". Este acordo que, sem dúvida, Marinho engendrou diante do impasse da política econômica do governo pode submergir já no mês de janeiro, segundo as previsões feitas pelo mercado. Se a inflação, como ameaça entra de novo em curva ascendente, o que restará a este governo? O editorial de Roberto Marinho talvez seja um aviso de que a resposta esteja na entrevista sibilina do presidente. (Isto É Senhor - 14/12/88)

Eletricitários em greve fecham ponte no Sul

Mais de mil eletricitários em passeata conseguiram dia 7 uma façanha inédita desde a inauguração da Ponte Colombo Salles, em 1975, que une o continente à ilha de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Os eletricitários atravessaram a pé os 1.200 metros da ponte, tumultuando o trânsito por 30 minutos. A passeata começou no trevo de acesso da BR-101, quando os trabalhadores foram receber os 25 grevistas da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, de Tubarão, que percorreram a pé os 120 quilômetros que separam a usina da capital, carregando faixas e cartazes alusivos à greve da categoria, que já dura mais de um mês.

Caminhamos a média de 10 horas por dia, sempre recebendo a solidariedade das comunidades, um empresário nos ofereceu sua casa para o pernoite e uma churrasqueira - contou Ozéias de Souza, presidente do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão. Os grevistas foram acompanhados por um médico e uma enfermeira, além de veículos, que trafegavam à distância, com remédios, barracas e alimentos. O encontro dos 25

funcionários de Tubarão com os grevistas da capital foi uma festa, e nos nove quilômetros entre o trevo da BR-101 e o Centro, mais de mil pessoas aderiram à passeata.

Na cabeceira da Ponte Colombo Salles, cerca de 100 homens da Polícia Militar tentaram dissuadir os grevistas, mas acabaram permitindo a passagem pela ponte. Aos gritos de "não à punição" e "vitória", eles se dirigiram para o Largo da Catedral, onde realizaram um ato público. Foi a primeira vez que a PM permitiu esse tipo de manifestação na ponte.

Dia 7, seguiu para Brasília uma comissão de esposas de grevistas, acompanhada pelo representante catarinense do Conselho Nacional da Condição da Mulher, para uma audiência com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, a quem pedirão a mediação no movimento. A direção da Eletrosul comunicou à imprensa que mantinha sua posição inicial de punição aos grevistas e negou qualquer avanço nas negociações. (JB - 08/12/88)

Costa Couto garante URP em janeiro

O Ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, assegurou dia 7 que a URP será mantida para reajustar os salários dos trabalhadores em janeiro.

- O que está escrito no documento do pacto será mantido - disse o Ministro, referindo-se à condição imposta pelos representantes dos trabalhadores, de só discutir mudanças na política salarial no caso de se verificar uma queda significativa na taxa de inflação.

- Não podemos impor soluções aos trabalhadores, eles têm que participar e aceitar essas mudanças, pois são os principais interessados no assunto - observou Costa Couto, confirmando que em janeiro valem, para o reajuste dos salários, os 26,05% da URP. Quanto à resistência de alguns empresários, já manifestada em relação ao reajuste dos preços em janeiro ficar abaixo do índice válido para os salários, o Ministro foi

enfático:

- Não vejo nenhum inconveniente em que os trabalhadores se apropriem de algum ganho real. Eles merecem isso, pois a classe trabalhadora continua sendo a mais prejudicada pela inflação.

Costa Couto informou que em dezembro haverá mais uma reunião dos dirigentes do pacto e em janeiro, no mínimo, mais duas reuniões, quando a política salarial pode ser discutida.

Os empresários pretendiam aprovar, no âmbito do pacto, um reajuste prefixado também para salários, a partir de janeiro. Eles alegam que o aumento dos encargos trabalhistas e o adicional das férias e horas extras determinados pela Constituição inviabilizarão o controle de preços, se o reajuste salarial não for contido. (JB - 08/12/88)

PT vai ter campanha de Us\$ 6 milhões

Seis milhões de dólares (Cz\$ 3,6 bilhões) é o valor mínimo do custo da campanha do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, segundo os cálculos divulgados pelo Secretário Nacional de Formação Política do partido e coordenador geral da campanha, Wladimir Pomar.

Dia 7, começaram a chegar os primeiros depósitos na conta aberta na agência 0300-X do Banco do Brasil para custear a campanha de Lula. Dona Maria América Buarque de Holanda, de 78 anos, viúva do historiador Sérgio Buarque de Holanda e mãe do compositor Chico Buarque, foi a primeira personalidade a colaborar com o candidato petista.

Em 1952, o menino Luís Inácio Lula da Silva embarcou num "pau-de-arara" com a família, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, para tentar a vida em São Paulo. Tinha seis anos e a viagem até Santos, onde foi morar, durou 13 horas. No ano que vem, ele fará a mesma viagem, só que com 43 anos de idade e para se candidatar à Presidência da

República.

É assim que assessores de Lula pretendem lançar sua candidatura. A caravana petista partiria logo após o retorno do candidato ao Brasil, depois de ter mantido contatos com Chefes de Estado, líderes de partidos políticos e representantes de entidades civis.

Dividida em três etapas, a campanha já tem um esquema traçado: até maio, ele visitará 15 países da América do Norte, América Central, América do Sul, Europa e Ásia; numa segunda etapa, percorrerá todo o País durante cinco meses; e finalmente, em setembro, fará grandes comícios nas capitais, conciliando essa fase com a propaganda eleitoral pelo rádio e televisão.

A idéia dos assessores de Lula é transformar a campanha numa "grande festa popular". Um concurso nacional para escolher o melhor jingle e o slogan da campanha será aberto brevemente. (O Globo - 08/12/88)

Cristo e Marx une PT e empresários

O Prefeito eleito de Porto Alegre, Olivio Dutra, do PT, disse dia 6 ver pontos de convergência entre o que Jesus Cristo pregou e o que Karl Marx defendeu em suas obras, e com isso conseguiu entusiasmar os empresários presentes à sua primeira reunião oficial com este setor após a eleição.

-Acredito que na encruzilhada da história Cristo e Marx se encontrarão - afirmou Olivio numa reunião-almoço promovida pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. Ao declarar-se cristão marxista e defensor de um socialismo pluralista, Olivio ouviu daqueles que poderiam ser seus maiores adversários a promessa de que não haveria sabotagem contra sua administração.

- Só quem não acredita na democracia pensa em prejudicar uma autoridade eleita pelo povo - as-

segurou o Presidente da entidade, o gaúcho José Antonio Celia.

Apesar das declarações amigáveis e diplomáticas, durante a parte reservada às perguntas diversos empresários manifestaram temores sobre os objetivos da administração petista. Um dos aspectos mais questionados foi a anunciada estatização dos transportes urbanos, quando foi lembrada a teoria de que o pior administrador é o Estado. Olivio contra-atacou duro:

- Como quase todos os dirigentes de estatais vieram da iniciativa privada, até penso que pode haver um boicote. Mas nós vamos provar que é possível o poder público administrar com eficiência e honestidade, até porque faremos questão da fiscalização do povo. (O Globo - 07/12/88)

Conselhos populares vão auxiliar Erundina

A prefeita eleita de São Paulo, Luíza Erundina vai administrar a cidade sob a influência dos Conselhos Populares, dividindo com eles a decisão sobre as prioridades de orçamento, do planejamento e de execução dos atos do Executivo e do Legislativo. Ela mesma tomará a iniciativa de criá-los, logo no início do mandato, e os organizará por áreas de atividades, permitindo que fiscalizem seus setores de atuação.

Os conselhos deverão abranger os setores de saúde, educação, transportes, abastecimento, habitação e cultura. Embora não constituam experiência inédita no País, será a primeira vez que este tipo de organismo de participação popular poderá ser

institucionalizado por estímulo do próprio governo.

Definir o poder de deliberação dos conselhos, ou simplesmente de consulta, ainda é tarefa difícil dentro do PT. "É deliberativo e não é", afirma o secretário nacional do partido, deputado José Dirceu. As críticas de que os conselhos podem emperrar decisões que requerem agilidade, Dirceu responde que a questão "ainda depende de discussão, do nível de organização popular e principalmente da oficialização desses organismos". O PT pretende, segundo o parlamentar, institucionalizar de forma permanente os conselhos através da Lei Orgânica dos Municípios.

(O Est. de S.P. - 04/12/88)

Casaldáliga envia carta ao Papa e decide suspender viagens à Nicarágua

O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, 60, enviou carta ao papa João Paulo II, em 16 de novembro último, prometendo “fidelidade à Igreja de Jesus” e informando que, “depois de rezar e consultar bastante”, decidiu suspender “por ora” as suas visitas à Nicarágua “para evitar novas incompreensões ou atritos entre irmãos”. Casaldáliga escreveu, também, duas outras cartas enviadas aos cardeais prefeitos da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé, d. Joseph Ratzinger, e da Congregação para os Bispos, d. Bernadin Gantin, redigidas em tom cortez mas duro, afirmando que nunca foi proibido, em lugar algum, de “exercer o ministério episcopal”.

“Com esta carta - afirma Casaldáliga ao papa - quero renovar ao senhor o meu testemunho de colegialidade apostólica, minha vontade de fidelidade à Igreja de Jesus e o compromisso livre, alegre e radical de servir ao Reino de Deus, no dia-a-dia entre os pobres, nesta parcela da vinha nova que é a América Latina, no dizer do fundador de minha congregação religiosa, Santo Antônio Maria Claret.”

Em 23 de agosto último, d. Pedro recebeu telefonema do núncio apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, informando-lhe da existência de uma “intimação” do Vaticano contra ele. O documento continha os nomes, mas não as assinaturas dos cardeais Ratzinger e Gantin. Em vez dos selos romanos, a “Intimação” (tecnicamente conhecida na Igreja, como “monitum” ou “advertência”) fora traduzida para o português, com vários erros, em papel timbrado da Nunciatura Apostólica no Brasil.

Incidente

Em carta coletiva escrita no início deste mês para as pessoas e entidades que o apoiaram nesse episódio, Casaldáliga afirma que a “advertência” foi escrita em duas páginas e meia, tratando da Teologia da Libertação, das suas críticas à Cúria Romana, dos livretos catequéticos utilizados na prelaia de S. Félix, das celebrações e romarias dos mártires e de suas visitas à América Central, sobretudo à



Nicarágua.

“As restrições ou proibições são tão largas - afirma Casaldáliga que me deixariam, inclusive, em condições de inferioridade com respeito a qualquer presbítero ou diácono. Segundo os canonistas consultados, eu ficaria praticamente sob suspensão, pela letra do texto, e além do mais, com o agravante de que a suspensão se estenderia ao ministério da palavra e por tempo indefinido”.

Comentando o que chama de “incidente”, Casaldáliga diz, depois, na sua carta coletiva, que não assinou o documento de Roma “e não poderia assiná-lo nunca, pelo seu conteúdo e pelas circunstâncias em que chegou”. Acrescenta que o seu caso permitiu que “sentisse de perto como ‘chovem’ sobre Roma acusações intrigantes e quão pouco se cultiva, em certos meios eclesiais, a maturidade, a convivência fraterna e a liberdade de espírito”.

Casaldáliga justifica suas novas cartas ao papa e aos cardeais Ratzinger e Gantin afirmando que, como não assinou a “Intimação” e como a notícia sobre o caso “vazou através da Rede Globo”, “o processo ficava no ar”. Diz, depois, na avaliação feita para seus amigos, que o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, falou com o papa, em 20 de outubro último, fazendo esclarecimentos sobre sua atuação na Amazônia. “O papa e os cardeais insistiram sobre minhas idas conflituosas à Nicarágua, dizendo que os bispos nicaraguenses vinham pressionando o Vaticano nesse sentido”, diz. (Folha SP - 06/12/88)

Charlatão tenta explicar exploração da fé com base nas palavras de Matheus

Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expeli os demônios - o Bispo Edir Macedo Bezerra justifica seus atos com as palavras de Mateus (10:8), pois se considera também um representante de Cristo na Terra. Num artigo na revista "Plenitude", ele afirma que Jesus não ordenou aos seus discípulos que apenas fizessem orações para os doentes, enfermos e endemoniados, mas deulhes ordem para curá-los, libertá-los.

- Está aí a chave do sucesso da Igreja Universal do Reino de Deus. Não oramos a Deus pelos doentes e enfermos, nem pedimos para que Ele liberte o oprimido. Absolutamente Nós fazemos isto através da fé, em nome do Senhor Jesus Cristo. Ordenamos a Satanás que deixe a criatura, em nome do Senhor Jesus Cristo - afirma o bispo, líder supremo da Igreja Universal.

Figura polêmica, este mineiro de 42 anos, casado e com três filhos, parece estar convencido de ser um representante de Deus na Terra. Acusado pela perseguição sistemática que faz aos cultos afro-brasileiros e visto pela Igreja Católica como um explorador de humildes, o Bispo arregimentou, em 11 anos, cerca de 500 mil fiéis que o seguem de forma fanática.

Farsa e exploração

A forma como encaminha seus cultos parece assemelhar-se à sua própria personalidade. A música é peça fundamental.

Tocada em volume altíssimo, ela é triste durante o ritual de exorcismo e alegre após "a libertação da alma". Quando começa o culto, ele fala devagar, pronunciando bem as palavras e comandando o canto. Depois, à medida em que os "demônios" vão se manifestando, vai aumentando o tom de voz e acelerando o discurso.

-Se você estiver aí, se manifeste, demônio. Você destruiu a vida dele, demônio. Em nome de Jesus, saia, demônio. Você está prejudicando a vida deste ser. Queime Queime - determina o bispo aos gritos.

Invariavelmente, todos os "possuídos" que aparecem nos cultos da Igreja Universal são originários de seitas como a Umbanda e o Candomblé. Durante o culto no Maracanã, em abril deste ano, cerca de 20 pessoas foram exorcizadas no palco improvisado no campo. Ao final de algumas "salvações", outras vítimas ficaram simultaneamente recuperadas. Após gritos e contorções, elas se disseram curadas. No ritual do Maracanã, entretanto, não houve curas de Aids, câncer e paralisia comprovadas, como as já anunciadas em outros cultos da Igreja.

Mesmo apontado pelos líderes dos cultos afro-brasileiros como um charlatão, o Bispo Macedo responde, em artigo na revista "Plenitude" intitulado "Resposta ao Diabo", ao desafio feito pelo Zelador de Santo Nelson de Omulu, que conclamou os pais e mães-de-Santo a comparecerem ao Maracanã no próximo dia 18. (O Globo - 11/12/88)

Polícia investigará Igreja Universal

Uma seita pentecostal fundada há 11 anos no bairro da Abolição, no Rio, e hoje com 515 templos em 22 Estados brasileiros, quatro em Nova York e um em Montevidéu, está sendo acusada de explorar pessoas humildes. A denúncia do Conselho Nacional da Umbanda fez com que o Procurador Geral do Estado, Carlos Antônio Navega, pedisse a abertura de inquérito policial para apurar as infrações penais cometidas durante os cultos da Igreja

Universal do Reino de Deus, que tem meio milhão de seguidores. Em Nova York, o Bispo Edir Macedo, dirigente mundial da seita, defendeu-se das acusações. Ex-umbandista, proprietário de emissoras de rádio, editora e construtora, entre outros negócios, Macedo pretende reunir, no próximo domingo, 150 mil fiéis no Maracanã. A entrada será grátis mas a bênção custará Cz\$ 3 mil. (O Globo - 11/12/88)

Acontecendo

Pelo voto

Apenas 20% dos paulistanos acreditam que o Exército pode resolver os problemas do país.

Outros acreditam que a solução para tais problemas está nas mãos do presidente da República (50%), seguido de empresários (37%), ministros (29%) e partidos políticos (24%).

Os dados fazem parte da última pesquisa *Indicador*, realizada semestralmente há seis anos pela agência de publicidade Almap/BBDO, para avaliar expectativas, preocupações e hábitos de consumo do paulistano. (Informe JB - 11/12/88)

O homem

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, num jantar de empresários, recentemente, em São Paulo, lançou o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, como o candidato ideal à Presidência da República:

- Ele é o Eliot Ness da polícia brasileira. Encarna, no Brasil, o perfil do cara íntegro, pouco afeito à corrupção.

Não se sabe se foi a sério ou era apenas uma brincadeira. (Informe JB - 11/12/88)

Vinagre

Da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), sobre Leonel Brizola:

Plagiando o próprio ex-governador: vinho gaúcho só é bom novo. Depois de 20 anos, vira vinagre. (Informe JB - 11/12/88)

Hiperinflação

O vírus da hiperinflação já se infiltrou na Light.

O consumidor Augusto Newton Goldman, que mora na Urca, pagou no dia 1º de dezembro Cz\$ 3.114 de sua conta de luz.

Pois recebeu outra de Cz\$ 6.643 com vencimento marcado para o dia 20 de dezembro.

Na Light, o mês já tem 19 dias. (Informe JB - 11/12/88)

Bruxaria

Assim como não acredita no fantasma da esquerda, Delfim não crê no pacto antiinflacionário:

“Isso é magia negra, só o Costa Couto acredita em pacto”. (Painel FSP - 11/12/88)

Lavando as mãos

O general Albérico Barroso, diretor da Petrobrás, está procurando botar o corpo fora, alegando que não pode ser responsabilizado por eventuais falcatruas cometidas por auxiliares diretos.

Na semana passada um amigo de Barroso o aconselhou a abandonar essa estratégia de tentar empurrar a culpa para baixo, lembrando que ela não funciona, por exemplo, com o general Ednardo d'Ávila Melo, comandante do II Exército, em São Paulo, em 1975, na época da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

D'Ávila também tentou lavar as mãos quanto às coisas que aconteciam no seu comando, mas foi fulminado pelo presidente Ernesto Geisel. (Informe JB - 11/12/88)

Maldade

Os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Francisco Benjamin (PFL-BA), em visita à África do Sul, ofereceram asilo político ao líder da oposição ao **apartheid** Nelson Mandela, preso há 26 anos.

Comentário maldoso feito por outro deputado ao tomar conhecimento da proposta, depois de lembrar que aqui também existe racismo.

- Se vier para o Brasil, vai poder andar à vontade nos elevadores de serviço. (Informe JB - 09/12/88)

Esnobando

A área econômica do governo recebeu com desdém a oferta do soviético Mikhail Gorbatchev, de cem anos de moratória.

“Tirando Cuba, ninguém deste lado do mundo deve alguma coisa importante à URSS”, disse um assessor econômico de Sarney. (Painel FSP - 11/12/88)

Perspectiva

Um jornalista de Brasília procurou o ex-deputado Thales Ramalho, assessor especial da Presidência da República, para recordar os 20 anos de AI-5, “comemorados” nessa terça, 13.

“Essa data não se comemora, meu filho”, corrigiu Thales. “Assinala-se a passagem”. (Painel FSP - 11/12/88)

Gosto

Mailson queria terminar a leitura dia 10 mesmo e gastar o domingo no estudo do Orçamento aprovado dia 9, pelo Congresso Nacional.

Em outras palavras: cair na real. (Painel FSP - 11/12/88)

Sob fogo cerrado

O senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), presidente da fatídica sessão do Congresso que aprovou o Orçamento com US\$ 108 milhões para a ferrovia Norte-Sul, diz que agiu como um magistrado.

“Eu até sou contra a construção da ferrovia”, garante. Imaginem se fosse a favor... (Painel FSP - 11/12/88)

Memória

Carneiro diz que firmou esta posição anti-ferrovia na CPI que investigou as denúncias de corrupção na obra. “Mas não me lembro se fui membro ou apenas acompanhei a CPI”, confessa. (Painel FSP -11/12/88)

Constrangimento

O presidente da Comissão de orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-SP), trocou embaraçadas saudações dia 9 com os deputados José Serra (PSDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), depois da sessão que aprovou o Orçamento.

Nem Serra nem Dornelles acreditavam que Carvalho fosse inocente na manobra. (Painel FSP - 11/12/88)

Cartilha

Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, dedicou o sábado à leitura de “Peretroika”, do líder soviético. (Painel FSP - 11/12/88)

No decorrer do tempo

Apesar de a cronometragem da Mesa registrar uma duração de oito minutos para a sessão do Congresso no dia 9, há controvérsias sobre o tempo exato que levou para ser aprovado o Orçamento de 1989.

Foram cerca de seis minutos, para o deputado José Serra (PSDB-SP), mas há quem diga que não passou de um único minuto. (Painel FSP - 11/12/88)

Tiroteio

O deputado Konder Reis (PDS-SC), acha que a responsabilidade pelo que aconteceu na votação do Orçamento cabe aos ausentes:

“Todas as regras regimentais foram cumpridas, o que faltou foi a presença dos que eram, como eu, contrários à destinação de verba para a ferrovia Norte-Sul”. (Painel FSP - 11/12/88)

Custo/benefício

Do empresário Laurence Pih, comentando informações de que cada voto de Leiva custou Cz\$ 6.300, contra apenas Cz\$ 40 para os de Luiza Erundina:

“Os empresários estão em revoada para o PT, para frequentarem algum curso intensivo de racionalização de custos, produtividade e eficiência”. (Painel FSP - 11/12/88)

Confiança

O deputado Delfim Netto não compartilha o medo das esquerdas anunciado pelo presidente Sarney.

“O poder vai domesticar o PT”, desdenha Delfim. (Painel FSP - 11/12/88)

Tradição

O pânico da direita e do centro, segundo Delfim, é resultado “desse vício de se pensar que o sujeito que ganhou uma eleição vai ganhar todas”. (Painel FSP - 11/12/88)

Moreira suspende a construção de Cieps

Se o turno único é visto com bons olhos pelo Governador Moreira Franco, o mesmo não pode se dizer quanto aos Cieps. Estes, por inviabilidade econômica, foram eliminados dos planos educacionais do atual Governo do Estado. Técnicos da Secretaria de Educação realizam um minucioso estudo para verificar a real necessidade dos 103 Cieps inacabados. Se não suprirem concreta demanda da rede escolar, os "esqueletos", iniciados no Governo Leonel Brizola, poderão ser vendidos. A má localização aliada aos altos custos de manutenção teriam peso decisivo nesta análise.

A decisão do Governador Moreira Franco

de interromper a construção de novos Cieps foi tomada meses após a posse. Numa reunião de fim de semana com o então Secretário de Educação Carlos Alberto Direito, Moreira Franco anunciou a suspensão do projeto.

- Este projeto é impraticável. Se todos os 500 Cieps forem construídos, eles atenderiam apenas 30 por cento da rede escolar - afirmou, após o encontro, Carlos Direito.

Estudo de técnicos da Secretaria de Educação apontam várias falhas no projeto dos Cieps - problemas de natureza física, técnica, econômica e pedagógica. (O Globo - 02/12/88)

Nº alunos na pré-escola cresceu 48% em 87

Os brasileiros mudaram de comportamento em relação à importância do curso pré-escolar no desenvolvimento da criança. Este é um dos resultados que mais se sobressaem na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, ainda em fase de conclusão. Segundo a pesquisa, em 1987, era de 3,9 milhões o número de crianças matriculadas no pré-escolar, 48% a mais do que em 1986 e quase quatro vezes mais do que no início da década, em 1981.

Especialistas em educação, professores e donos de escolas afirmam que há mais de uma década a demanda pela pré-escola é muito

grande, mas a oferta sempre foi menor. Agora, começa a se delinear uma tendência de aumento do número de estabelecimentos de ensino de pré-escolar estaduais, municipais e particulares, inclusive das escolas alternativas e não oficializadas. O fato é que, de uma maneira ou de outra, os pais têm procurado um espaço para que seus filhos frequentem o ambiente escolar cada vez mais cedo. A coordenadora de pré-escolar da Secretaria estadual de Educação do Rio de Janeiro, Haydée Gouvea Ribeiro, considera positiva esta demanda crescente.

(JB - 04/12/88)

São Paulo conquista autonomia para Universidades

Reunido com os reitores das três universidades estaduais paulistas, na sexta-feira, dia 25, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, deu um passo decisivo rumo à transformação de uma antiga ficção em realidade - e fez valer um princípio estabelecido na nova Constituição, em seu artigo 207. Trata tal artigo da autonomia universitária, o melhor caminho para a resolução de outro problema muito discutido, nunca solucionado: a qualidade do ensino. Da reunião de Quércia com os reitores José Goldemberg, da USP, Paulo Renato Costa Souza, da Unicamp, e Paulo Landin, da Unesp, resultou que a partir de janeiro do próximo ano as universidades terão independência absoluta na escolha de seus reitores, na administração de seus recursos e na fixação de suas políticas salariais. Para Goldemberg, a autonomia permitirá a contratação de professores e pesquisadores

com salários compatíveis aos do setor privado, melhorando assim a qualidade do ensino.

Ao liberar as universidades paulistas das amarras da política salarial do funcionalismo, Quércia dá aos reitores a responsabilidade, por eles reivindicada, de estabelecer seus próprios critérios de remuneração valorizando o saber e a competência. Para o reitor da Unesp, Paulo Landin, "a autonomia aumentará ainda mais as obrigações dos reitores que serão responsáveis pela distribuição dos recursos".

A autonomia universitária implica, também, na democratização na escolha de reitores. Atualmente, um reitor é escolhido pelo governador, que elege um nome de uma lista tríplice a ele apresentada. No ano que vem, a escolha se dará dentro da própria comunidade acadêmica - evitando-se que critérios muitas vezes políticos prevaleçam.

(Isto É/Senhor - 07/12/88)

Grevistas decidem aprovar sem repor aulas

Cerca de 1.500 professores reunidos em assembléia decidiram não repor as aulas perdidas com a greve iniciada em 20 de setembro, aprovando automaticamente os 618 mil alunos da rede municipal do Rio. A decisão, no entanto, será encaminhada ao prefeito Saturnino Braga, pois os professores pretendem que ele tome as medidas administrativas necessárias para a aprovação automática.

Pela proposta da Comissão de Pais, Alunos e Comunidade (PAC), os pais terão o direito de aceitar ou não a aprovação automática, discutindo o assunto com os professores e assinando um termo de responsabilidade. Rubens Ceballos, um dos membros do PAC, discordou da decisão da assembléia de não repor as aulas. Segundo ele, a aprovação por decreto - como a definiu - terá que ser amplamente discutida, sob pena de os alunos serem prejudicados no próximo ano letivo.

O risco de um desgaste com a decisão da assembléia foi afastado pelo professor Mário Silveira, integrante do Comando de Greve do Centro Estadual de Profissionais do Ensino (Cepe), que justificou a não complementação dos 180 dias de aula, previstos pela Lei 5.692:

- O processo educativo não pode ser medido pelo número de dias. Quem deve ser responsabilizado pela situação é o Prefeito Saturnino Braga, que até agora não cumpriu o Decreto 1.016, que prevê reajustes semestrais pelo índice da inflação.

A assembléia do dia 7 aprovou ainda a continuação da greve dos professores municipais e estabeleceu critérios para a aprovação automática dos alunos. Dentre os quais, o replanejamento do currículo em 1989, de forma a complementar no início do ano letivo a carga didática não dada aos alunos por causa da greve. Os professores repudiaram ainda a utilização de professores aposentados para a reposição dos dias parados, como foi proposto pelo Prefeito Saturnino Braga.

Pais podem entrar com recurso contra medida

Passar um aluno de ano por decreto ou qualquer outra medida administrativa da Prefeitura, como exigem os professores, pode gerar várias confusões. Na hipótese de o Prefeito Saturnino Braga concordar com a adoção desta medida excepcional, o Conselho Estadual de Educação (CEE) teria de ser notificado e aprová-la ou não. Não está afastada também a possibilidade de um pai de aluno da rede municipal contestar uma posição favorável do CEE à medida, entrando com recurso contra a decisão no Conselho

Federal de Educação.

O Cepe, no entanto, considera que o problema é da alçada do Prefeito. Ou seja, Saturnino terá que decidir que medidas serão adotadas e zelar para que os alunos nos passem de ano mesmo sem ter tido os 180 dias de aula, como determina a lei. A entidade considera que a proposta da PAC - que possibilita ao pai do aluno não aceitar a aprovação automática - levará a discussão para as escolas, onde todos os casos serão decididos em primeira instância. (JB - 08/12/88)

Pais de alunos rejeitam taxa de matrícula

O vice-presidente da Associação de Pais de Alunos (APA), Omar Abbud, mostrou-se contrário à decisão da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), de recomendar às escolas particulares o acréscimo de 27 por cento sobre a mensalidade de dezembro, como valor da matrícula. Ele não concorda com os cálculos feitos pela entidade, que tirou o percentual da diferença entre o IPC acumulado de março a dezembro e a URP. "Por que não utilizar a URP de novembro, como manda o artigo terceiro do Decreto 95.921?", perguntou.

Segundo Omar Abbud, resta agora esperar um pronunciamento do Ministério da Educação. "Esperamos que o MEC cumpra sua obrigação, da mesma forma que o País inteiro. Há um mês pedimos audiência com o ministro Hugo Napoleão, mas até o momento não obtivemos resposta", comentou. O representante da APA esclareceu que os pais aguardam do Ministério uma solução para o problema e justifica: "Estamos todos cansados".

(Correio Braziliense - 03/12/88)

Freire não quer professores corrigindo alunos

“A gente cheguemos” não será uma construção gramatical errada na gestão do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Essa pelo menos é a vontade do futuro secretário da Educação do município, Paulo Régis Freire, 67. Ele prometeu dia 7 “brigar” contra todos os que desejem pôr “um traço vermelho” em evidentes erros de concordância verbal como o contido na frase “a gente cheguemos”.

Em entrevista à Folha, a primeira desde que foi escolhido pela prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina, o educador disse se manter fiel aos princípios que nortearam sua intervenção no início da década de 60 e que consagraram como o mais importante pedagogo de esquerda. Reivindicou-se de experiências bem-sucedidas com seu método de alfabetização em países em geral em circunstâncias revolucionárias, como a Nicarágua. Mas disse que no Brasil, há possibilidade de “uma luta política mais bem-comportada”, e que assume a secretaria num momento em que “não há revolução alguma”. Confiante, ele afirmou que depois de ter sido

responsável por programas de educação para “países inteiros”, não havia por que recusar o convite de Erundina para a secretaria municipal.

Freire não se mira apenas em experiências no exterior. Considera que o projeto dos Cieps no Rio é “a coisa mais séria que a história da educação do país terá que registrar”. Disse que Darcy Ribeiro - o idealizador dos Cieps - terá “os seus pecados perdoados” por essa iniciativa.

Toda a vivência de Freire na área da educação, no entanto, não se expressa em um programa acabado para a secretaria. Ele prefere falar em “metas”, ainda vagas do ponto de vista concreto. Gosta dos Cieps mas não sabe se vai ter condições de implantá-los. Acha que a quantidade de vagas não se contrapõe à qualidade do ensino, mas ainda pretende discutir “com todos” como viabilizar uma e outra. Considera-se, enfim, “um sonhador”. Seus devaneios, no entanto, lidarão com o quarto maior orçamento da Prefeitura - 209 milhões de dólares. (Folha SP - 08/12/88)

Mais de 50% das crianças de SP fora da escola

Paulo Freire, futuro secretário municipal da Educação, herdará do atual secretário, Paulo Zingg, uma pasta marcada pela contradição. Apesar de São Paulo possuir o maior contingente estudantil pré-escolar e 1º grau do país, 59,23% das crianças paulistanas não são escolarizadas, segundo dados de 1985 da Secretaria Municipal da Educação.

Os números não mudaram muito desde então. Mesmo como o aumento de 33% no número de creches em relação à administração Covas e do número de escolas de 1º grau, a taxa de evasão aumentou 41% na atual gestão e é mais acentuada na 1ª série do 1º grau.

A secretaria municipal da Educação no período de 1983 a 1985, Guiomar Namó de Mello, deputada estadual pelo PSDB, disse que Paulo Freire vai encontrar uma Secretaria Municipal de Educação sem linha pedagógica, com professores desanimados e escolas abandonadas. “A administração autoritária do prefeito Jânio Quadros conseguiu criar uma secretaria sofrida e vazia”, afirmou.

Segundo Guiomar, 45, Jânio ignorou as metas do Plano Trienal 1985/1987, elaborado na gestão

dela. “As metas de se criarem cem unidades escolares para o 1º grau, e a criação de cerca de 300 pré-escolas para atender a praticamente todas as crianças sem escola, não foram atendidas”, afirmou. Segundo ela, a reforma curricular proposta e a consolidação da nova carreira do magistério também foram ignoradas.

“A repressão a professores na secretaria foi tão grande, que muitos ficaram com medo de se associar à Associação dos Professores Especializados em Educação do Ensino Municipal”, afirmou Guiomar. Segundo ela, houve diminuição no número de matrículas na pré-escola e no 1º grau. “Tem muita gente boa na administração, mas Paulo Freire terá uma batalha árdua pela frente”, disse.

O Plano Trienal 1985/1987 previa a “democratização” da escola pública, via supervisão do ensino pela comunidade do local onde a escola está instalada. Previa também a “revalorização do professor” através de melhores condições de ensino e de salários, além de uma revisão nos critérios de organização e atribuição de classes.

(Folha de S. Paulo - 08/12/88)

Mandela é transferido para casa vigiada

Nelson Mandela, dirigente do proscrito Congresso Nacional Africano (CNA) e principalmente líder da oposição negra ao regime racista da África do Sul, foi transferido dia 7 da clínica em que estava internado na Cidade do Cabo para uma casa vigiada, onde a família poderá visitá-lo.

Mandela, de 70 anos, cumpre pena de prisão perpétua desde 1962, sob acusação de terrorismo. Em 31 de agosto, com problemas pulmonares, deixou a prisão para a clínica. O fato foi interpretado com um passo prévio para sua libertação, exigida por organizações de defesa dos direitos humanos em todo o mundo. O governo-sul-africano vem condicionando a libertação a uma renúncia pública e ampla do líder negro a luta armada, com o que ele não concordou.

O ministro da Justiça, Kobie Coetse, já havia anunciado, em novembro, que Mandela não voltaria para a prisão quando deixasse a clínica. A casa em que ele agora se encontra é anexa a outra prisão da Cidade do Cabo, segundo anunciou seu advogado, Ismail Ayob.

“Não vendo direitos”

“Gosto de minha liberdade, mas a de vocês é mais importante”, afirmou Mandela à população negra da África do Sul no começo de 1985, quando lhe foi oferecida - e recusada - a libertação. “Não vendo os direitos de meu povo”, acrescentou.

Mandela nasceu em 1918 e era filho mais velho de um chefe tribal do Transkei. Formado em Direito em Johannesburg, tornou-se o primeiro advogado negro da África do Sul. Em 1962 foi preso sob acusação de “conspirar para derrubar o governo por meios violentos” e jamais deixou a prisão. Mas, detido, sua influência sobre os movimentos libertários negros aumentou e ele passou a ser um problema ainda maior para o governo.

Se o soltasse, poderia aglutinar a população num movimento de revolta sem precedentes; preso, é o símbolo vivo da opressão do *apartheid*, o segregacionismo oficializado. O prestígio de Mandela entre os negros é intenso e sua fotografia nunca foi publicada nos jornais governamentais. (O Est. de S.P. - 08/12/88)

Rebelião divide ainda mais civis e militares argentinos

Recolhidas as armas e lavadas as caras, os militares retornam aos quartéis e a mais absoluta anormalidade volta a imperar na sociedade argentina. Com uma terceira quartelada em menos de dois anos, os militares conseguiram aprofundar um pouco mais o intenso fosso que os separa da sociedade civil. Solidificada na reivindicação de anistia para os militares condenados ou que estão sendo processados por violações aos direitos humanos, esta barreira surge cada vez mais alta e espessa. Uma pesquisa de opinião recente indicou que 67% da população argentina estão contra o perdão aos torturadores. Avaliações de especialistas em assuntos militares apontam que 99% dos homens de farda querem e exigem que se coloque uma pedra sobre este tema.

“Acredito que não existe nenhuma possibilidade de acordo na questão da anistia”, diz o sociólogo Ernesto Lopez, filho de general e de coautor do livro *A reforma militar*. “Tanto os militares quanto os civis estão profundamente convencidos de suas razões. Só haverá consenso quando uma das duas partes em conflito impuser seu ponto de vista à outra”.

Anistia

Para Lopez, o problema das Forças Armadas não se limita à questão da anistia. Segundo ele, os militares argentinos estão vivendo uma crise de identidade gerada pela derrota na guerra das Malvinas, pelo fracasso político, econômico e social do último governo militar e pela crise moral resultante especialmente da repressão à subversão na época da ditadura.

Os militares têm tentado, à sua maneira, se reinserir na sociedade. Para isso acham que têm que conseguir antes de tudo a anistia. Alguns, que se alinham na coluna dos nacionalistas, católicos e conservadores de extrema-direita, encabeçada pelos sediosos coronel Mohamed Ali Seineldin e tenente-coronel Aldo Rico, o fazem através do seu argumento mais forte - as armas.

Outros, que se caracterizam como liberais, desenvolvimentistas e têm no comandante do Estado Maior do Exército, general José Dante Segundo Caridi, sua expressão maior, preferem a pressão através dos canais institucionais. (JB - 11/12/88)

Funai tenta impedir retorno da missão

A Fundação Nacional do Índio (Funai) impetrou mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos (TFR) para impedir que os padres da Missão Catrimani voltem à área indígena Yanomami. O retorno dos missionários foi garantido por medida liminar do Ministério Público contra a decisão da Funai, que em agosto de 87 retirou todas as missões religiosas da área indígena, situada na fronteira do Brasil com a Venezuela.

O assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Guimarães, afirmou em Brasília que a Funai assumiu uma atitude "cínica", pois nunca protegeu a área dos Yanomami. A decisão da Funai de recorrer contra a liminar, segundo explicou o assessor jurídico do órgão, Ovídio Martins de Araújo, tem a finalidade de restabelecer a sua autoridade nas áreas indígenas. (O Estado de S. Paulo - 03/12/88)

Pesquisa indica se represa alaga índios

A empresa Furnas deverá assinar em breve um convênio com o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPHA) da Universidade Católica de Goiás para financiamento de pesquisas na região de Serra da Mesa, onde será investigada a eventual existência de grupos indígenas da tribo Avá-Canoeiro na área a ser alagada pela represa de usina hidrelétrica, que está sendo construída no Rio Maranhão, município de Minaçu. Os estudos, na verdade, já vêm sendo desenvolvidos pelo Setor de Etnologia do Instituto, mas serão intensificados agora com o repasse de recursos por parte da empresa, destinado a reduzir o impacto ambiental resultante da construção da usina.

A área onde está instalado o grupo já contactado de 13 índios não corre o risco de ser afetada diretamente, pois ela se localiza abaixo da represa, segundo o antropólogo Mário Arruda, que integra a equipe de pesquisas. No entanto, pondera Arruda, é provável que existam outros índios perambulando nas terras acima

da usina, conforme apontam alguns indícios, descobertos através de informações de caçadores e pescadores da região, que dizem ouvir por perto som de flauta e maracá. Ninguém sabe, contudo, onde estes possíveis grupos estão fixados, e por isso o IGPHA fará uma varredura minuciosa na área, percorrendo córregos, grutas e vales em busca de remanescentes dos Avá-Canoeiro, potencialmente ameaçados.

Investigação

No momento, os pesquisadores estão na fase de coleta de informações, reunindo depoimentos de madeireiros, posseiros, fazendeiros, caçadores e pescadores, na tentativa de descobrir sinais mais evidentes da existência de grupos arredios. Até julho de 1990, no entanto, dois anos antes da hidrelétrica entrar em operação, o Instituto de Pré-História e Antropologia pretende ter concluído todo o trabalho, confirmando ou negando as suspeitas. (O Popular - GO - 20/11/88)

No MT, posseiros vão deixar terras dos índios Zoró

A partir da segunda quinzena de março do próximo ano, as famílias que ocupam 15 mil hectares na área indígena Zoró, município de Aripuanã (1.100 km a nordeste de Cuiabá) serão reassentadas em 120 mil hectares, no mesmo município. O delegado do Ministério da Reforma Agrária em Mato Grosso, Milton Ribeiro, informou que serão gastos Cz\$ 3 bilhões no processo de assentamento.

Ribeiro reuniu-se com 300 representantes dos posseiros e com superintendente regional da Funai, Nilson Campos Moreira, para definir a saída das famílias da área de conflito indígena. Segundo Moreira, os posseiros estão dispostos a sair e a Funai vai indenizá-los. (Folha de S. Paulo - 07/12/88)

Líderes Sateré são contra a estrada que corta reserva

Os líderes Sateré-Mawé das margens dos rios Andirá e Marau estiveram reunidos em assembléia nos dias 20 e 21 de novembro, na aldeia de Matituba, para discutirem os problemas que afetam as comunidades indígenas como: a transferência do posto indígena da Funai e a construção de estrada que liga Itaituba, no Pará, e Maués, no Amazonas, cortando a reserva.

A transferência do posto indígena, que atualmente está na aldeia Ponta Alegre para o local denominado Marinho, contraria a vontade do povo Sateré, que terá dificuldade de assistência e não poderá fiscalizar os trabalhos e projetos que o chefe de posto desenvolverá junto às comunidades. (A Crítica - 30/11/88)

CSN: Sindicato culpa Exército

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda divulgou dia 6 nota responsabilizando o Exército e as autoridades do Governo pelos incidentes que resultaram na morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) durante conflito entre os grevistas que ocupavam, mês passado, a usina e os militares que os desalojaram.

Segundo o Sindicato, a presença do Exército impediu que os operários supervisionassem os equipamentos - e isto teria posto em risco o funcionamento dos altos-fornos, como também a população de Volta Redonda, porque a usina opera com gases venenosos, altamente tóxicos, que sem o controle dos trabalhadores poderia atingir mortalmente os moradores da cidade.

A nota - que contesta a versão divulgada na semana passada pelo Exército, segundo a qual houve na CSN uma forte operação de resistência organizada - foi distri-

buída pelo Presidente do Sindicato, Marcelo Felício, e classifica as mortes dos operários nos conflitos com os soldados do Exército no dia 9 de novembro como uma "chacina" e acusa a CSN de ter danificado equipamentos da empresa e agido irresponsavelmente por não garantir a integridade do patrimônio público.

De acordo com a nota, a atuação do Sindicato e dos operários durante a greve foi no sentido de preservar o patrimônio, pois quando consideravam grave a situação dos altos-fornos, organizaram uma equipe para garantir o funcionamento dos equipamentos.

O documento rebate a acusação de que havia pessoas infiltradas no movimento grevista e assegura que o Sindicato agiu na defesa dos direitos dos trabalhadores garantidos pela Constituição. (O Globo - 07/12/88)

Anistia pedirá explicação sobre confronto na CSN

A Anistia Internacional, organização sediada em Londres, pedirá explicações ao governo brasileiro sobre o confronto entre o Exército e trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, ocorrido no dia 9 de novembro, que resultou na morte de três operários. Segundo o vice-presidente da seção brasileira da entidade, Rodolfo Konder, "o episódio repercutiu muito mal junto às comunidades internacionais". Caso o executivo se recuse a fornecer informações sobre o incidente de Volta Redonda, a Anistia Internacional condenará a ação das tropas através do relatório anual da instituição, cuja publicação está prevista para fevereiro próximo.

O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, recebeu dia 6 em audiência representantes da seção brasileira da Anistia, que lhe revelaram os resultados da campanha Direitos Humanos Agora, realizada em 15 países com a apresentação de um show de megastars da música pop.

Entre os resultados positivos da campanha, a Anistia Internacional conseguiu as assinaturas de 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na próxima quinta-feira, o abaixo-assinado será entregue ao secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar, em Nova Iorque.

Há duas semanas, os representantes da Anistia no Brasil solicitaram, sem sucesso, audiência ao presidente José Sarney. Antes de se encontrarem com o chefe do SNI, eles se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer.

- Esperamos que o Brasil cumpra a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, Tratamentos Cruéis e Degradantes, defnida pela ONU. O Brasil subscreveu o documento, assinado em setembro de 85 pelo presidente José Sarney, e posteriormente ratificado pela Câmara dos Deputados. Agora, o documento está parado no Senado - informou Rodolfo Konder. (JB - 07/12/88)

Morte anunciada: assassinado advogado

O deputado estadual João Carlos Batista, do PSB, advogado e defensor de posseiros, foi à tribuna da Assembléia Legislativa do Pará, na tarde de segunda-feira, dia 5, fazer uma denúncia que dizia respeito à sua própria integridade física. "Estou sendo ameaçado de morte", alertou Batista. Em seguida, descreveu os telefonemas que vinha recebendo, sistematicamente, em casa e no seu gabinete, todos lembrando a sua atuação, em favor dos que não têm terra, como político e como advogado. Batista concluiu sua nervosa intervenção entre as gargalhadas de seus colegas de Assembléia. Trinta horas depois, Batista jazia morto, na entrada do prédio em que morava, em Belém, ao lado de uma filha, de quatro anos, que recebeu um tiro de raspão na perna.

O estilo do assassinato traz uma assinatura claríssima. "Foi um crime organizado pelo latifúndio", identificou, de imediato, Rosa Marga, da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDH). Batista deixava o edifício de número 2.321 da avenida Gentil Bittencourt, com a filha e os dois guarda-costas que contratara recentemente para protegê-lo, e encaminhava-se para seu carro. Três homens irromperam à sua frente. O primeiro atirou, o segundo deu proteção e um terceiro aguardava num Fiat Uno amarelo, que arrancou em disparada, seguido de um outro automóvel,

um Volks cinza, placas BB 2510, pilotado por um único homem.

Qualquer semelhança com o assassinato de outro defensor dos posseiros, o ex-deputado Paulo Fonteles, um ano e meio atrás, não terá sido mera coincidência. Fonteles estava num carro, parado no posto de gasolina à saída de Belém, quando foi acuado por um grupo de pistoleiros, uns atirando, outros dando cobertura. Também não teve como reagir.

A morte de Batista, 36 anos, paulista de Votuporanga, no Pará, é uma reprise cruel de um filme que o Pará cansou de ver: o sistemático extermínio, com a complacência oficial e a omissão da polícia, de todos os que se colocam em combate frontal contra os latifundiários. É o terceiro advogado da lista: além dele e de Fonteles, houve também, em 1982, o caso de Gabriel Pimenta, um advogado mineiro de cujo assassinato o principal suspeito é Carlito Cardoso, latifundiário na região de Marabá e irmão do atual governador de Minas, Newton Cardoso. O processo que acusa Carlito está parado no fórum de Marabá. O processo da morte de Fonteles é propositalmente confuso, embora haja fortes indícios de que outro proprietário de terras, Silvio Lopes Vita, possa ter dado a ordem de matar. Silvio está solto e na véspera da morte de Batista a Justiça do Pará concedeu Habeas Corpus a um dos matadores confessos de Fonteles.

Por essas e por outras é que uma multidão de simpatizantes das causas populares e membros de entidades como a Sociedade Paraense de Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Pastoral da Terra decidiram fazer da morte de Batista um protesto coletivo contra autoridades que sistematicamente se colocam não do lado das vítimas, mas dos que matam. Um cortejo conduziu o corpo do deputado até o Instituto Médico Legal e depois seguiu para a casa do governador Hélio Gueiros, que os recebeu a seu jeito: botou a polícia na porta, para impedir que alguém se aproximasse.

Gueiros atribuiu a morte de Batista a seus "inimigos políticos, que não eram poucos" e despachou burocraticamente ordens para se levantar barreiras nas estradas estaduais e federais, na tentativa de localizar os carros dos pistoleiros. Tendo em vista o comportamento tradicional da Polícia Militar do Pará quando há crimes como este, ninguém acreditou na eficácia das barreiras. De qualquer modo, o também advogado Antônio Fonteles, irmão do finado Paulo, fez questão de testar pessoalmente a ordem do governador. Arranjou emprestado um Fiat Uno amarelo, exatamente como o dos pistoleiros, e tomou a estrada principal que sai de Belém, em direção a Brasília.

(Isto É Senhor - 14/12/88)

Um deputado que denunciava os poderosos

O deputado João Carlos Batista, 36 anos, assassinado provavelmente a mando de latifundiários, era natural de Votuporanga, São Paulo, e estava no Pará há 23 anos. Antes de chegar à Assembléia Legislativa, em 1986, eleito pelo PMDB, atuava como advogado de posseiros em várias regiões do estado. Foi eleito com 8.300 votos, mas vinha ampliando bastante seus redutos eleitorais e nas eleições de novembro passado contribuiu decisivamente para a vitória de seu partido, o PSB, na cidade de Itaituba.

Batista sofreu vários atentados

a bala, dois dos quais no município de Paragominas, a 400 quilômetros de Belém, onde era acusado de incitar lavradores a invadir terras.

As questões agrárias marcaram definitivamente a vida do deputado que soube, como ninguém, acumular inimizade no campo em vários pontos do estado. Seus inimigos detêm, literalmente, um grande poder de fogo. Por isso vários nomes surgiram imediatamente após sua morte, como possíveis mandantes do crime. Batista, rotineiramente, referia-se ao empresário Joaquim Fonseca, armador e fazendeiro, como um dos interessados em sua

morte. Fonseca também foi acusado de ter mandado matar Paulo Fonteles, mas nada se provou contra ele.

Com sua metralhadora giratória, Batista não poupava ninguém ligado a grupos econômicos poderosos. Recentemente, vinha investindo contra as multinacionais e denunciava a firma Vegetex de estar mantendo na selva, perto de São Félix do Xingu, um grupo clandestino de dois mil homens, para retirar ilegalmente do país uma planta nativa conhecida como jaborandi, utilizada na fabricação de anestésicos. (IB - 08/12/88)